AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.452.293 - RS (2019/0056773-2)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	:	MAURÍCIO DAL AGNOL
ADVOGADOS	:	PABLO PACHECO DOS SANTOS - RS062925
		RODRIGO TONIAL - RS063379
		PABLO FRIEDRICH DORNELES E OUTRO(S) - RS059377
AGRAVADO	:	GILMAR FEIJO
ADVOGADO	:	CARLOS DIAS DOS SANTOS E OUTRO(S) - RS093935

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por MAURÍCIO DAL AGNOL contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro, ausência de interesse recursal (incidência dos juros moratórios), ausência de interesse recursal (configuração do dano moral), Súmula 7/STJ (validade do mandato), Súmula 7/STJ (licitude do acordo), ausência de indicação de artigo de lei federal violado - Súmula 284/STF (termo final dos juros moratórios), ausência de indicação de artigo de lei federal violado - Súmula 284/STF (correção monetária), ausência de similitude fática, Súmula 83/STJ (interrupção da incidência dos juros moratórios), Súmula 283/STF (honorários contratuais), Súmula 83/STJ (abatimento dos honorários advocatícios) e Súmula 211/STJ (prescrição e termo inicial para sua contagem).

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: ausência de interesse recursal (incidência dos juros moratórios), ausência de interesse recursal (configuração do dano moral), ausência de indicação de artigo de lei federal violado - Súmula 284/STF (termo final dos juros moratórios), ausência de indicação de artigo de lei federal violado - Súmula 284/STF (correção monetária), Súmula 83/STJ (interrupção da incidência dos juros moratórios), Súmula 283/STF (honorários contratuais), Súmula 83/STJ (abatimento dos honorários advocatícios) e Súmula 211/STJ (prescrição e termo inicial para sua contagem).

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

> PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE

> IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
>
> 1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.
>
> 2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.
>
> 3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial**.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte agravante, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente